

JOSÉ PINTO PEIXOTO • LUIZ MARIA DA CAMARA PINA • ANTÓNIO
JORGE ANDRADE DE GOUVEIA • JOSÉ TOSCANO RICO • MANUEL
JACINTO NUNES • JACINTO DO PRADO COELHO • FERNANDO DIAS AGUDO

COMEMORAÇÕES
DO
II CENTENÁRIO DA ACADEMIA
DAS
CIÊNCIAS DE LISBOA



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
LISBOA • 1995

submeter às Câmaras. Mas também não teve sorte com o Prémio D. Luís I, a que, em 1889, concorreu com o ensaio *Camões, os Lusíadas e a Renascença*. Sob parecer de Teófilo Braga, nenhuma das sete obras concorrentes (entre as quais as *Líricas* de João Saraiva e o estudo psicológico de Moniz Barreto sobre Oliveira Martins) foi considerada digna do galardão. Mas a justa compensação não demorou: em 1891, por iniciativa da Secção de Ciências Económicas e Administrativas, o historiador-sociólogo era proclamado sócio efectivo⁴.

Um tema que me levaria longe de mais é o das relações internacionais na esfera da cultura por intermédio da Academia. Poucos saberão que nomes célebres doutras literaturas pertencem à imensa teoria dos nossos confrades: no século XIX, um Lamartine, um Vigny, um Vitor Hugo, um Michelet, um Martinez de la Rosa, um Teodoro Mommsen; no século XX, Paul Valéry, Georges Duhamel, André Maurois, Léopold Senghors, etc., além de inumeráveis lusófilos, desde Ferdinand Denis a Marcel Bataillon, Luciana Stegagno Picchio e Ernesto G. Da Cal⁵. Assim se tem cumprido o que preceitua o Título VI dos velhos Estatutos: «Os estrangeiros insignes pelas suas letras, e famosos pelas suas Obras, que residindo fora deste Reino, mostrarem estimar a associação da Academia, serão recebidos por sócios» (*Colecção Sistemática de Leis e Estatutos*..., Lisboa, 1822).

Sintoma de abertura que, por outro lado, me é grato lembrar aqui diz respeito ao comportamento da Academia perante as mulheres. Já em 1912 recebia no seu grémio a escritora Maria Amália Vaz de Carvalho e a filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcelos, por decisão quase unânime, subscrita por Bulhão Pato, Júlio de Vilhena, José Ramos Coelho, Leite de Vasconcelos, Henrique Lopes de Mendonça, J. Fernandes Costa, Jaime Moniz, Coelho de Carvalho, Gama Barros, António Cândido, Teófilo Braga, Teixeira de Queirós, Cristóvam Aires, Gonçalves Viana. Na reunião de 30 de Maio, em que foram lidos os respectivos pareceres, Veiga Beirão declarou que não os assinaria porque «segundo a letra e o espírito do estatuto lhe parecia que não eram elegíveis senão os

⁴ Cf. F. d'A. d'Oliveira Martins, «Oliveira Martins, Teófilo Braga e a Academia das Ciências de Lisboa», in *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, Ano VIII, n.º 23, Jan. de 1963, e n.º 24, Abril de 1963.

⁵ Os nomes de autores do século XIX são indicados por Fernandes Costa no parecer sobre a candidatura de Anselmo de Andrade lido na sessão de 25 de Jan. de 1906 (in *Actas das Sessões da 2.ª Classe*, vol. II, p. 176).

homens». Logo, em resposta, Teixeira de Queirós, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Júlio de Vilhena e Cristóvam Aires ponderaram que «os Estatutos se referiam a sócios sem distinção de sexo; que, embora no espírito da lei orgânica não pudesse estar, quando ela foi promulgada, o eleger senhoras, o tempo modificara por tal forma as circunstâncias e o meio que hoje era possível o que não seria há 50 anos, tanto que víamos hoje uma senhora regendo na Universidade de Coimbra». Abriu-se depois um longo intervalo, mas nos últimos cinco anos vieram enriquecer a Classe de Letras a jurista Isabel Magalhães Colaço, as filólogas Maria Helena Rocha Pereira e Maria de Lourdes Belchior e a romancista Agustina Bessa-Luís. Ora compare-se: na Academia Brasileira de Letras só há pouco foi admitida a primeira mulher, Rachel de Queirós; na Academia Espanhola, situação idêntica; na Academia Francesa, ainda não estão removidos todos os obstáculos para o ingresso da primeira escritora indigitada, Margueritte Yourcenar.

Se algumas notáveis personalidades faltam no rol dos académicos terá sido, em muitos casos, por não terem apresentado candidatura quando esta era de praxe, ou, mais recentemente, por haverem declinado o convite que lhes foi dirigido. Aliás, são amiúde escritores célebres os menos colaboradores ou mais irrespeitosos, enquanto duma legião de autores menores, hoje desdenhados ou ignorados, merecida ou injustamente, saíram muitas vezes aqueles que, na hora própria, souberam desempenhar o papel de Marta, administrando, organizando actividades, garantindo a continuidade. Com exagero polémico, na aludida carta a Mariano Pina, dizia Eça, ressentido, que em Portugal se não pode avaliar a eficácia da Academia — «como se não pode apreciar a utilidade dum instrumento durante largos anos esquecido ao canto dum casarão, enferrujando-se e apodrecendo sob a escuridade e o bolor». E Camilo, num livro por sinal dedicado a um confrade, o Visconde de Benalcanfor — Camilo, em maré cheia de azedume — não é menos mordaz: «Quando um sócio vai continuar na vida eterna o sono das suas sessões, os confrades vivos gemem-lhe o elogio fúnebre, uma Nénia em períodos redondos, *ore rotundo*, na prosa da fundação do estabelecimento; em seguida, recolhem-se a brunir velhos adjectivos e a escovar algumas metáforas de fivelas e rabicho, para a necrologia de um futuro confrade morto»⁶. Esta imagem de sonolência e anacronismo satisfaz o gosto

⁶ Camilo Castelo Branco, *O General Carlos Ribeiro*, Porto, 1884, p. 161.

Esta sessão, a que preside o Chefe do Estado, é uma prova de afirmação da Academia e do reconhecimento que o País, na pessoa do presidente da República e de tão ilustres personalidades, continua a considerar a Academia uma instituição nacional, sempre devotada ao serviço da ciência e da cultura, que o mesmo é dizer, ao serviço do País.

27-XII-79

DISCURSO PROFERIDO PELO ACADÉMICO
PROF. DOUTOR JACINTO DO PRADO COELHO

Senhor Presidente da República
Senhor Secretário de Estado da Cultura e demais autoridades
civis e militares
Senhor Presidente da Academia das Ciências
Prezados Confrades e Amigos
Minhas Senhoras e meus Senhores

Em 1883, sobre parecer favorável de Pinheiro Chagas (relator) e de Bulhão Pato, a Academia das Ciências franqueava as suas portas a Eça de Queirós, elegendo-o sócio correspondente. Assim, dois representantes do Romantismo tardio davam um exemplo de isenção que, nesta Casa, não era o primeiro nem seria o último: numa data em que a batalha entre românticos e realistas estava ainda acesa, não se coíbiavam de prestar homenagem a um escritor de 38 anos que, erguendo-se do outro lado da barricada, constituía um perigo para a ordem estabelecida. *Noblesse oblige*. Os autores do parecer, embora reconhecendo em Eça de Queirós «uma das glórias literárias no século XIX, um dos poucos nomes que hão-de sobreviver ao esquecimento [...]», não escondiam as reservas que lhes merecia o Realismo em voga: «Seja qual for a escola em que os seus romances se filiem, sejam quais forem as opiniões da Academia acerca das suas tendências literárias...» Tanto Chagas como Bulhão Pato rejeitavam, obviamente, a nova escola; mas, por sentido de justiça e também por amor à própria instituição, procuravam evitar os erros em que haviam caído os imortais da Academia Francesa. «Uma das vergonhas da Academia Francesa — observavam — é não ter aceiteado no seu grémio Balzac e Dumas, e é lamentável para esta corporação, a tantos respetos tão ilustre, o facto incontestável de ser o *41ème fauteuil*, como espirituosamente chamou Arsénio Houssaye

nacional da maledicência, mas é justo contrapor-lhe não só a animação de muitos debates como também as centenas de volumes, muitos deles fundamentais, que esta Academia tem produzido, fruto dum trabalho colectivo, quase sempre sem estímulos, a exigir longo amor e abnegação invulgar. Bastará citar, entre as obras mais relevantes, os *Portugaliae Monumenta Historica*; a edição dos 4 Livros das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, dirigida por Rodrigo José de Lima Felner; as edições das *Cartas de Afonso de Albuquerque* e do *Livro das Monções*, dirigidas por Bulhão Pato; os *Anais de Arzila* de Bernardo Rodrigues, edição organizada por David Lopes; os *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, dados a lume sob a orientação de Pedro de Azevedo; os quinze volumes do *Corpo Diplomático Português*; o *Dicionário Bibliográfico da Guerra Peninsular*, por Cristóvam Aires; a *História da Universidade de Coimbra*, em cinco volumes, por Teófilo Braga; o *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses e ao Serviço de Portugal*, coordenado por Sousa Viterbo; o *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*, em dezoito volumes, coligido pelo Visconde de Santarém; os *Escritos d'El-Rei D. Pedro V*, em 5 volumes; e obras ainda de Esteves Pereira, António Baião, Quirino da Fonseca, Júlio de Vilhena, etc., etc., não falando nas centenas de estudos coligidos nos volumes anuais das *Memórias*. Acresce que esta Academia vive apertada numa parte do edifício que lhe pertence, invadido por outros serviços; e que ficou à margem no momento em que se planeou e organizou, a nível do Estado, a investigação em Portugal (não dispomos aqui de qualquer centro de pesquisa).

Uma das primeiras preocupações da Academia das Ciências foi cumprir o que, na verdade, constitui um dos seus deveres fundamentais: elaborar um grande Dicionário da Língua. Assim, logo em Junho de 1780 nomeou uma comissão de sócios encarregados dessa tarefa: Pedro José da Fonseca, presidente, Agostinho José da Costa de Macedo e Bartolomeu Inácio Jorge. Trabalharam os três arduamente, redigindo o primeiro volume (letra A), vindo a público em 1793, e deixando importantes materiais para os volumes seguintes. A Pedro José da Fonseca se deve ainda a parte introdutória, composta de «Dedicatória», «Planta» e «Catálogo de Autores», com mais de duzentas páginas. «As vigílias e fadigas que isto lhe custou — diz Inocêncio — arruinaram de todo a sua já deteriorada saúde, reduzindo-o ao estado valetudinário em que houve de arrastar ainda por bastantes anos os restos de uma vida atribulada.

Seus companheiros, Agostinho José da Costa de Macedo e Bartolomeu Inácio Jorge, perderam um e outro a vista ao fim de alguns anos, para não mais a recuperarem. E o prémio de seus trabalhos? Foi um exemplar do Dicionário, que cada um deles recebeu, como qualquer dos outros sócios!»

Esse volume era realmente, para a época, modelar, e uma honra para a Academia. Inocêncio, porém, omitiu que os sacrificados redactores ainda foram pagos doutra maneira: com as troças resultantes de terem parado no termo *azurrar*, cuja definição terminava em *asno*. Garrett, aos dezanove anos, estudante em Coimbra, zagunchava-os nos versos de «Pelo Zurro o Burro», integrados posteriormente nas *Fábulas*:

Quanto seria mais, quanto fulgira
Em gordos, grossos, grandes calhamações
A portuguesa, majestosa língua,
Se os novos sábios, no começo à empresa,
A antigas manhas não perdendo o afinco,
Não encontrassem por desgraça nossa
C'um pérfido *azurrar* — zurrar maldito! ...
Ficaram no *azurrar* sempre zurrando.

Oito anos depois, em 1826, saía o *Bosquejo de História da Poesia e Língua Portuguesa*, onde Garrett, mais cordato, visando sobretudo a defesa do vernáculo, apreciava nestes termos a nossa associação: «Este corpo científico, de quem tanto bem se augurou para a língua e literatura nacional, nem fez tudo o que dele se esperava, nem uma parte muito pequena do que podia e lhe cumpria fazer: mas nem foi inútil, nem, como alguns têm querido, prejudicial. E todavia sua força moral não foi bastante para vencer um mal terrível que já no tempo de sua criação se manifestava, mas que depois cresceu e avultou a tal ponto que veio a tornar-se quase indestrutível. / Este mal foi a *galomania*, que sobre perverter o carácter da nação, de todo perdeu e acabou com a já combalida linguagem ...» Com tais antecedentes é que o poeta de *Camões* e *Dona Branca* dirige, em Janeiro de 1835, ao Presidente da Academia, Aragão Morato, o esquecida historiador da Arcádia, uma carta em que lhe comunica o desejo de ser sócio⁷. Desejo que não foi satis-

⁷ Cfr. Henrique de Campos Ferreira Lima, *Garrett e a Academia*, sep. do *Boletim da 2.ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XVIII, Coimbra, 1926.

à cadeira dos excluídos, que tem em uma lista os nomes mais gloriosos — desde Molière a Balzac.»

Quatro anos depois, chega ao conhecimento de Eça de Queirós, então cônsul em Bristol, que a Academia pôs, ou vai pôr, a concurso o prémio D. Luís I, com o atraente valor monetário de um conto de réis. Então, a 14 de Junho, em carta a Ramalho Ortigão, expõe em termos jocosos a sua intenção de se candidatar: «Diz-me meu pai que se abriu, ou vai abrir, esse famoso concurso da Academia em que um conto de réis substitui a nobre coroa de louros do tempo de Heródoto e de tudo quanto havia de *chic* na velha Grécia literária; eu pretendo entrar nesse concurso com a *Relíquia*, não porque haja sequer a sombra fugitiva duma probabilidade mais magra do que eu, de que me seja dado o conto, entre o clamor das turbas e as palmas de Temístocles — mas porque desejo gozar a atitude da Academia, diante de D. Raposo!»

De facto, como se previa, o apetecido galardão foi para outra das obras concorrentes, a peça *O Duque de Viseu* de Henrique Lopes de Mendonça, enquanto *A Relíquia* se quedava em quarto e último lugar. O relatório do concurso, subscrito pelos académicos da Secção de Literatura Pinheiro Chagas (outra vez o relator!), Visconde de Benalcanfor, José Silvestre Pinheiro e Inácio Vilhena Barbosa, e publicado n' *O Jornal do Comércio* em 10, 11 e 12 de Dezembro de 1887, contornando a questão moral, considera *A Relíquia* uma obra falhada tão-só por ser incongruente, inverosímil, o sonho do Raposo. «Um pateta moderno, um devasso reles, vicioso e beato», ao evocar «a Jerusalém do tempo de Cristo», só podia transformar o Evangelho da Paixão num «Evangelho burlesco». «Acontece, porém, que o autor parece ter feito à parte o seu romance da Paixão de Cristo, colocando-o depois à pressa nas páginas do outro. Quem adormece — acentua Pinheiro Chagas — é Teodorico [Raposo] e quem sonha é o autor, e com grande surpresa nossa vemos aquele adorador de santinhos e frequentador das ruas suspeitas de Lisboa sonhando que vê a Paixão de Cristo em todo o seu grandioso aspecto histórico». Livro falhado, pois, por defeito de composição, mas com belíssimas páginas, que Pinheiro Chagas não deixa de enaltecer: «o génio do escritor sente-se em todo o caso nesse livro, tão falto de unidade lógica, e o sonho da Paixão, logo que o leitor se esqueça de quem é o personagem que sonha, é de uma beleza verdadeiramente admirável»¹.

¹ Cf. Alvaro Neves, «Eça de Queirós, académico», *In Memoriam* de Eça de Queirós, 2.^a ed., Coimbra, 1947, pp. 281-287.

Eça decerto se irritou com a miopia (se não disfarçada hostilidade) que infirmava o parecer académico: poderia aceitar que o acusassem de inverosimilhança, mas esta nunca seria razão suficiente para se preferir à *Relíquia* (de todas as obras de Eça, «a de maior projecção internacional», como regista Ernesto G. Da Cal, nosso consócio e grande queirosianista) a discreta coerência duma obra menor. E, naturalmente, ripostou; naturalmente, com a sua aguda inteligência e o veneno do seu traço caricatural, desferiu golpes cruéis no júri e na própria Academia. Refiro-me em particular à famosa carta a Mariano Pina de 25 de Janeiro de 1888, publicada, sob o título «A Academia e a Literatura», no jornal *O Repórter* em 27 de Abril do mesmo ano, e recolhida depois nas *Notas Contemporâneas*. Aliás, o que importa agora realçar nesse texto são algumas ponderadas reflexões sobre a função das Academias na dinâmica da cultura, onde as forças da Tradição e da Invenção se devem contrabalançar, como, na esfera social, é necessário «o equilíbrio da Tradição e da Revolução». «Sem a Revolução — prossegue Eça —, os Estados incrustar-se-iam numa tirania inerte, produzindo, acima de todos os males, o enfraquecimento dos caracteres; e as literaturas inevitavelmente cairiam na rotina, produzindo, acima de todos os males, o adormecimento das inteligências». Definida assim a cultura pela relação dialéctica entre Tradição e Inovação, o romancista colocava a Academia do lado da Tradição, como guardiã da Regra, a condenar, como lhe competia, «o livro da revolta». Concepção da natureza das Academias ainda hoje vigente. O mais curioso, porém, é que esse conservantismo nem sempre as tem caracterizado; e que a nossa Academia das Ciências, nascida sob o signo do Iluminismo, para cultivo da Razão clara e serviço do povo português, foi, nas primeiras décadas de existência baluarte da Invenção, ou, se quiserem, da Inovação. Em 7 de Dezembro de 1929, em plena ditadura (o Presidente da Academia, Júlio Dantas, discursando na sessão solene comemorativa do sesquicentenário da fundação desta Casa, exaltava os fundadores, o abade Correia da Serra e o Duque de Lafões, chamando-lhes «dois dos mais nobres espíritos que em Portugal, no fim do século XVIII, serviram a causa, duplamente sagrada, da inteligência e da liberdade». E, mais adiante, insistia no progressismo desses dois homens: «Lembre-mo-nos de que, como Filinto Elísio, como o sábio Avelar Brotero, expatriados em 1778, como o abade Correia da Serra, perseguido daí a pouco pela reacção política e religiosa, e obrigado, depois de uma tentativa de suicídio, a fugir de Portugal, — o nobre Duque de Lafões, acusado de albergar jacobinos na sua quinta

de Alfinetes, suspeito de esconder o convencional Broussonet nas casas da Academia das Ciências, vexado pela polícia do Intendente Pina Manique, que lhe apreendia, na Alfândega, caixas inteiras com os livros de Reynal, de Voltaire e de Rousseau, o nobre Duque, três vezes príncipe pelo espírito, pelo nascimento e pelo coração, amou também, do fundo da sua alma, a democracia e a liberdade». Até aqui, Júlio Dantas. Por mim, prefiro realçar alguns pontos dos Estatutos ainda vigentes em 1815; por exemplo, logo na Introdução, o passo onde se indicam como finalidades «caminhar [...] ao profundo conhecimento da Natureza pelos diversos caminhos que a ela conduzem», «levantar a Língua e a História Portuguesa», «tirar do santuário das Ciências, impenetrável ao vulgo, os conhecimentos práticos, que influíssem nos Agricultores e Artistas, e dessem uma útil direcção aos seus trabalhos»², ou seja, por palavras de hoje, incentivar a produção de riqueza, logo aumentar o bem-estar da população, difundindo conhecimentos úteis entre os que trabalham na agricultura e na indústria. O ideário das Luzes exige um estilo simples, rigoroso, anti-retórico, nas Memórias que sejam apresentadas a concursos académicos. «Como a verdade é o objecto principal dos trabalhos da Sociedade — diz o Título XXI dos mencionados Estatutos —, as Memórias que pretenderem ser coroadas por ela devem ter um estilo e um modo de pensar conveniente à sublime singeleza da mesma verdade; nenhuma exageração, nenhuma declamação, nenhuma hipótese mal fundada ou discurso vago poderá em tempo algum ser bem aceito à Academia [...]» Algumas décadas depois — ai de nós! — sob os ventos do Romantismo esses «discursos vagos», empolados, já rimavam com *académico*.

Caberá aqui um episódio que pode simbolizar o espírito jovem, generoso, dos fundadores. Quando, em 1821, Almeida Garrett, levado a tribunal pelas audácias d'O *Retrato de Vénus*, refutou com brilho as acusações de licenciosidade e «filosofismo», o velho abade Correia da Serra, de regresso a Portugal, não se conteve e aplaudiu o orador; «apenas este tinha acabado de falar (conta Teófilo Braga em *Garrett e a Sua Obra*), rompe o venerável ancião toda a solenidade do acto, desce da bancada, e vem aos abraços ao que ainda era réu e a quem ali,

² *Colecção Sistemática das Leis e Estatutos, por que se tem governado a Academia Real das Ciências de Lisboa, desde o seu estabelecimento até ao tempo presente*, Lisboa. Na Tipografia da mesma Academia, 1822.

em pleno tribunal, beijou e abençoou como esperança da honra e glória da tribuna portuguesa».

Foi o correr dos anos que tornou a Academia, a princípio de vanguarda, mais fechada em si, mais conservadora e reservada, não obstante em várias épocas, e até aos nossos dias, continuasse a promover cursos ou colóquios de extensão cultural. Algumas vezes venceu, tomando partido pelo que inexoravelmente se extinguia contra o atrevimento das novidades em que o futuro se anunciava. E, todavia, de modo geral, procurou adaptar-se, ainda que relutante, às transformações. Foi incorporando o Romantismo, o Realismo, o Simbolismo, o Neo-Romantismo; só com os dois Modernismos, o do *Orpheu*, como bem se compreende, e ainda o da *Presença*, o divórcio se manteve incurável apenas talvez com uma excepção — a de Vitorino Nemésio. No século XIX e em começos do século XX, não se atardou ao integrar quase todos os nossos escritores: Pinheiro Chagas é sócio ao 24 anos; Castilho e Eugénio de Castro aos 26; A. P. Lopes de Mendonça e Correia de Oliveira aos 29; Latino Coelho aos 30; Tomás Ribeiro aos 31; Rebelo da Silva e Júlio Dantas pelos 32; Camilo aos 33, por iniciativa de Herculano³ — e já então, segundo o respectivo parecer, os seus escritos «demonstram tanto engenho e fecundidade tão singular, e gozam de popularidade tão geral, que seriam sobejas todas as considerações que se fizessem a este propósito». Por fim, *coram populo*, lamento que, no século XX, tenha prevalecido a tendência para elevar a média etária dos sócios logo na admissão, enfraquecendo, portanto, a vitalidade intelectual da Academia, favorecendo o misoneísmo em detrimento da inovação e do arrojo. Claro que há excepções: Fernando Namora, por exemplo, e com ele o neo-realismo, entrou na Academia em 1955; o historiador Ruben Andresen Leitão foi acolhido em 1968, e com ele, discretamente, o seu duplo Ruben A., ligado ao surrealismo (ou *sobrerrealismo*, para contentar os puristas).

Oliveira Martins, esse foi eleito aos 35 anos, em 1880, após ganhar a medalha de ouro no concurso, instituído pela Casa do Duque de Lafões, para memórias sobre «o melhor sistema de circulação fiduciária». No seu trabalho, Oliveira Martins preconizava a criação dum banco emissor nacional, ideia que só 10 anos depois seria convertida em proposta a

³ Números aproximados: nem sempre tive em conta dia e mês do nascimento e da eleição.

feito, podem V. Ex.^{as} calcular porquê. Em 1850, Latino Coelho, num artigo do *Ateneu*, deplora que um homem da estatura de Garrett continue «estranho à Academia e por ela excomungado» (*sic*).

Foi mais feliz Herculano. Também ele, na «Trova Terceira» de *A Dama Pé de Cabra*, conto inicialmente publicado no *Panorama* em 1843, zombava da Academia a pretexto do Dicionário: «O ónagro — escrevia — fitou as orelhas e, em sinal de aprovação, começou a azurrar; começou por onde, às vezes, academias acabam». Mas, por distração ou benevolência, a Academia chamava-o ao seu grémio, como sócio, quatro meses depois, em Fevereiro de 1844. Finalmente, em 1852, reformada a Academia e alargados os seus quadros, deliberou uma comissão académica nomeada pelo Governo, que Garrett preenchesse um dos lugares da Secção de Ciências Morais e Jurisprudência (imediatamente como sócio efectivo) e que Herculano passasse a efectivo integrando a Secção de História e Arqueologia⁸.

O projecto dum Dicionário da Língua que, na perspectiva actual, é instrumento indispensável para uma política cultural em relação aos países de língua portuguesa, não deixou de estar no espírito dos sócios desta Casa, e em 1976 outra vez se iniciava a publicação dum *Dicionário da Língua Portuguesa* cujos trabalhos coordenei, como director da Comissão Lexicográfica; outra vez um só volume restringido à letra A, agora com 115 páginas de Introdução e 678 páginas de texto; só que, menos prosaicamente, a última palavra cabeça-de-artigo não é já *azurrar* mas *azuverte*, nome duma ave fringilídia de Timor. Oxalá a Fortuna nos bafeje. Publicado este volume, por falta do indispensável apoio oficial, interrompeu-se a preparação dos próximos volumes. Se tivermos de esperar mais dois séculos, é pena, francamente pena, porque se trata dum erro grave, quer do ponto de vista cultural, quer até do ponto de vista económico. E está em causa a nossa presença no mundo.

Não me sobeja tempo para enunciar mais algumas contribuições que, no âmbito das Ciências Humanas, esta Academia deu ao País; aludirei, ao menos, à participação da Academia na instalação do Curso Superior de Letras, na elaboração do seu regulamento, nos júris de concurso para professores e no ensino; aos acordos ortográficos com o Brasil, o último dos quais, com vista não já à uniformização mas à

⁸ V., a propósito, Cristóvam Aires, «Alexandre Herculano e a Real Academia das Ciências», in *Boletim da 2.ª Classe*, vol. III, 1909-1910, Lisboa, 1910, pp. 145-172.

unificação, é um projecto comum da Academia das Ciências e da Academia Brasileira de Letras, tanto quanto sei ainda não examinado por Governos ou Parlamentos dos dois países; à função de estímulo e consagração exercida pela Academia através dos seus numerosos prémios, entre os quais avulta, por sua tradição e prestígio, o Prémio Ricardo Malheiros.

Creio, em suma, que esta Casa tem motivos de sobra para se orgulhar dos seus duzentos anos; não obstante a modéstia dos seus meios, reflectindo necessariamente, além das vicissitudes históricas, as grandes virtualidades e as inquietantes limitações da sociedade em que se enquadra, dum modo global tem servido com dignidade o País, quer pelo exemplo do convívio civilizado, no trabalho de grupo e no diálogo, quer promovendo labor científico num vastíssimo leque de disciplinas, difundindo resultados, valorizando a nossa cultura pela reflexão, pela historiografia, pela criação estético-literária, pelo enriquecimento e defesa da língua que a um tempo espelha e modela a nossa visão do mundo. Esta erudita velhinha não perdeu a juventude: é ver o entusiasmo com que está a celebrar os seus duzentos anos, multiplicando colóquios e publicações (no programa das quais figura uma edição crítica d'*Os Lusíadas* em quatro volumes), activando as suas relações internacionais, propondo até, para tema dum congresso inter-académico em Lisboa, previsto para 1980, «a função das Academias no presente e no futuro».